



## AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE JULHO DE 1956, NO RIO GRANDE DO SUL

René Ernaini Gertz\*

**Resumo:** Como mostram os trabalhos de Roswithia Weber, a partir de 1924 ocorreram comemorações do 25 de julho, simbolizando o início da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ainda que se tratasse de uma data específica aos alemães e descendentes, tentou-se dar um cunho mais geral ao evento, designando-o como “Dia do Colono”, como a homenagear o conjunto dos imigrantes que deram origem a um sistema de pequena propriedade no estado. Esses festejos se adensaram ao longo da década de 1930, mas foram interrompidos pela política de nacionalização, durante o Estado Novo (1937-1945). Depois da guerra, eles recomeçaram de forma muito tímida, mas há indícios de que em 1956 eles novamente atingiram uma intensidade comparável à do período anterior à política de nacionalização. É este o tema desta apresentação.

Este ensaio faz parte de um projeto de pesquisa histórica intitulado “O rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”. Há bibliografia respeitável sobre manifestações verbais, movimentos e ações para pensar, definir, fortalecer o “caráter nacional” brasileiro, a “identidade nacional”, ao longo do século XX. Entre outras facetas do tema, está a preocupação em determinar as características necessárias para uma pessoa ou um grupo ser um “típico ou verdadeiro brasileiro” – e sua contrapartida, isto é, aquele(s) que não apresentaria(m) as qualidades de cidadão pleno. Nesta perspectiva, ganharam importância imigrantes e descendentes, em especial aqueles vindos de alguns países. É muito provável que japoneses e descendentes tenham despertado as maiores preocupações, tanto entre parcelas da população quanto entre uma elite pensante e agentes de Estado. Judeus, negros, poloneses e descendentes, alemães e descendentes vêm a seguir. Debates e medidas a respeito se aprofundaram a partir de 1930, e tudo isso desembocou naquilo que ficou conhecido como uma generalizada “campanha de nacionalização”, após a decretação do Estado Novo, em 1937 (GERTZ, 2014b).

Aqui interessam, especificamente, alemães e descendentes, no Rio Grande do Sul. Em relação a eles, cabe destacar – sem entrar numa “avaliação” ou no estabelecimento da “verdade” sobre essa polêmica – que havia, por um lado, longa tradição de prevenção contra eles, com desconfianças quanto à sua lealdade ao Brasil, a suas qualidades de cidadãos brasileiros, por parte de intelectuais, de setores da sociedade em geral e de agentes de Estado; por outro lado, havia, entre eles, de fato, defensores da preservação da pureza genética e da identidade cultural, eventualmente, até religiosa. Duas palavras resumem as posições derivadas dessa realidade. Por um lado, aqueles que faziam restrições a essa população naquilo que tange à sua integração e lealdade ao país falavam em “perigo alemão” (GERTZ, 1991); por outro lado, a palavra “germanismo” caracterizava aqueles que diziam que alemães e descendentes deveriam – para serem úteis à sua “nova pátria” – evitar a miscigenação e o abandono de suas características étnico-culturais, com destaque para a língua (GERTZ, 1987, p. 92-105). Como escreveu Giralda Seyferth (1989), tratava-se de “dois discursos étnicos irreduzíveis”.

Como tais, o confronto verbal, que vinha de longa data, alcançou um ápice a partir de 1938, com a “campanha de nacionalização”, desembocando, em considerável número de oportunidades, em violências físicas, nos anos seguintes, até o final da Segunda Guerra Mundial. E é ao “rescaldo” desses acontecimentos – alguns dos quais literalmente marcados pelo fogo – que se refere o projeto em que se insere o presente estudo.

Para uma compreensão adequada da situação, é necessário um pequeno recuo no tempo, ao menos em relação àquilo que aconteceu dentro da “colônia alemã”, a partir de 1924. A revolução de 1923, entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, quebrou a espinha dorsal política daquele. Está muito claro que uma parcela da população percebeu esse fato, e começou a lutar em favor de uma maior autonomia para serem governados,

\* Graduado em História pela UNISINOS; mestre em Ciência Política pela UFRGS; doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim; ex-professor na PUCRS e na UFRGS; aposentado. E-mail: gertz@cpovo.net

dentro de seus respectivos municípios, por representantes locais – e não mais por chefes do executivo impostos pelo Partido Republicano Rio-Grandense, muitas vezes vindos de fora das comunas. Isso se refletiu nas eleições de 1924, mas, sobretudo, nas de 1928. Esse contexto mostra que, durante a segunda metade da década de 1920, ao menos uma parte da população da “colônia alemã” se mobilizou em termos políticos, sociais, econômicos, mas também em termos culturais, no sentido de recuperar uma autoestima que havia sofrido sérios arranhões durante a Primeira Guerra Mundial (GERTZ, 2002, p. 124-150).

Os festejos do centenário da imigração alemã, em 1924, se inserem nesse processo (WEBER, 2004). Nos anos seguintes, sobretudo após a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha – fato visto por aqui como uma recuperação da autoestima também na “pátria-mãe”, após as humilhações sofridas com a Primeira Guerra Mundial –, a mobilização pela cultura e identidade próprias, específicas do grupo, teve um incremento perceptível. Palavras como “movimento pró-25 de julho” ou campanhas por “nosso dia” foram popularizadas. E essa mobilização foi favorecida pelo governo Flores da Cunha (1930-1937). Se os novos detentores do poder em Santa Catarina iniciaram uma política de “nacionalização” das populações “estrangeiras” logo após a revolução de 1930, o governo daqui agiu em sentido oposto, não se cansando de destacar seu bom relacionamento com as “colônias” alemã e italiana. Para exemplificar ações concretas nesse sentido, seja citado apenas o fato de que, em 1934, o dia 25 de julho, dia da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, foi declarado feriado estadual, como “dia do colono”. Livros enaltecendo a presença e a contribuição de imigrantes alemães e descendentes foram publicados com chancela oficial ou por uma “Comissão Pró 25 de Julho” (PORTO, 1934; SOVERAL, 1935; ARBEITSGEMEINSCHAFT..., 1936; CENTRO..., 1936).

Durante o Estado Novo, após a deposição de Flores da Cunha e a implantação da “campanha de nacionalização” também no Rio Grande do Sul, que, em muitos casos, degenerou em violenta perseguição contra tudo que fosse “alemão”, desapareceu qualquer manifestação político-cultural pela “germanidade”. Terminada a guerra, este processo foi retomado, ainda que de forma lenta. As pesquisas a respeito ainda são embrionárias, e as indicações aqui feitas são lacunares e provisórias. Além disso, deve-se ter em mente que conveniências políticas interferiram, reforçando a necessidade de cuidados em manifestações e atos a respeito, eventualmente registrados. Assim, é sintomática, por exemplo, uma manifestação feita no dia 25 de julho de 1946 na Assembleia Nacional Constituinte. Ainda que lá estivessem dois deputados de sobrenome alemão com vínculos históricos na “colônia alemã” do Rio Grande do Sul, Gaston Englert (PSD) e Arthur Fischer (PTB), foi Osório Tuiuti (com Flores da Cunha, a bancada gaúcha da UDN) quem apresentou congratulações pela passagem do “dia do colono”, enfatizando que essa data foi instituída, em 1934, pelo seu agora colega de bancada. Mesmo que tivesse feito referências a todas as correntes imigratórias, destacou que “justa homenagem é prestada ao benemérito colono alemão – grande, se não o maior, fator do rápido progresso sulino” (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1949, p. 198). Mesmo sem poder arrolar indícios – e muito menos fontes comprobatórias –, pode-se aventar a hipótese de que os “representantes” da “colônia alemã” do Rio Grande do Sul não tiveram coragem ou não consideraram oportuno falar sobre o assunto, enquanto um integrante do mais representativo partido de oposição ao status quo que vigorou nos anos anteriores aproveitou o tema para dar uma estocada nos seus adversários.

Objetivamente, os eleitores das regiões de colonização alemã se “manifestaram” nas eleições regionais de 1947, elegendo para a Assembleia Constituinte estadual 16 deputados de sobrenome inequivocamente alemão, entre 55, perfazendo quase 30%, um índice, com certeza, superior ao de descendentes de alemães no conjunto da população.<sup>1</sup> Isso, óbvio, não significa que todos eles se sentissem “representantes” dessa parcela da população – cite-se, por exemplo, Otto Alcides Ohlweiler, eleito pelo Partido Comunista Brasileiro, o qual, muito provavelmente, não se preocupava com essa questão. Mas, inversamente, alguns dos eleitos sem sobrenome expressamente alemão também podem ser vistos como “representantes” dessa população, como, por exemplo, Alcides Flores Soares Junior (UDN), Antônio Campani (PSD)<sup>2</sup> e Luiz Alexandre Campagnoni (PRP).

<sup>1</sup> Entre os signatários da Constituição estadual de 1947 constam apenas 10 sobrenomes expressamente alemães.

<sup>2</sup> Apesar desse sobrenome italiano, seu pai se chamava Ludwig Alois Campani, originário de Innsbruck/Áustria. Nascido em Porto Alegre, começou sua carreira profissional como balconista na firma comercial de Carlos Naschold, tendo se tornado, posteriormente, caixeiro-

Na continuidade, como deputados estaduais da primeira legislatura pós-guerra, vários desses parlamentares defenderam a causa de alemães e descendentes. Como essa história também ainda precisa ser estudada, para uma avaliação mais precisa, cabe referir algumas manifestações reproduzidas fora dos anais da Assembleia, em publicações na forma de folhetos ou brochuras, uma delas, do deputado Wolfram Metzler (1947), do Partido de Representação Popular (PRP), sucedâneo da Ação Integralista Brasileira dos anos 1930. Metzler fora preso durante o Estado Novo por supostas ou efetivas atividades nazistas, vindo agora, como deputado, apresentar sua defesa, a qual, porém, era também uma defesa da população de origem alemã.<sup>3</sup> Cabe destacar também a ação do deputado Bruno Born, eleito pela UDN, luterano militante, que em, no mínimo, duas oportunidades se apresentou como advogado da causa aqui abordada. Numa delas, proferiu um discurso “festivo”, no sentido de rememorar o “dia do colono” (BORN, 1948). Considerando que o clima ainda era tenso, a fala foi parecida com a de seu correligionário Osório Tuiuti, no ano anterior, na Câmara dos Deputados, evocando a importância de todas as correntes imigratórias, mas como a data (25 de julho) se refere à chegada dos primeiros alemães a São Leopoldo, o recado subentendido estava claro. Na segunda oportunidade, o tom já foi bem mais incisivo, pois claramente crítico em relação à demora para reconstruir o monumento ao imigrante alemão em São Leopoldo, depredado em 1942 (BORN, 1950).

Num campo totalmente diferente da arena política em que desenrolaram os fatos recém citados, cabe referir a existência de um movimento conhecido por “Socorro Europa Faminta”, SEF, centrado no Rio Grande do Sul, entre 1946 e 1949. Ecumênico, reuniu católicos e luteranos num esforço de angariar e remeter produtos e dinheiro para a população da Alemanha assolada pelos efeitos da guerra (FERNANDES, 2005; 2015, p. 413-429; GOODMAN, 2015, p. 113-154). Abstraindo de seu papel caritativo em relação aos alemães, lá da Alemanha, os autores que estudaram essa associação e sua obra teceram algumas considerações sobre intenções e efeitos sobre a população de origem alemã daqui, do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul.

Evandro Fernandes, ao referir-se ao padre jesuíta Balduino Rambo, uma das principais lideranças da SEF, escreveu:

Entretanto, mais do que uma simples atitude de caridade cristã, a SEF mostrou-se como um recurso para a reconstrução dos antigos laços culturais com a Alemanha, assim como uma possibilidade para o restabelecimento do antigo projeto de germanidade que havia sofrido um profundo revés no Brasil com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial [...]. Pe. Rambo acreditava num projeto de germanidade para as colônias alemãs [do Brasil], apesar dos abalos provocados pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo e das tentativas feitas pela Igreja Católica Brasileira em acabar com o germanismo (FERNANDES, 2005, p. 142-143).

E acrescentou:

Seu pensamento era seguido por pessoas dos mais diversos campos de atuação como igrejas, escolas, comércio, empresas e nos segmentos políticos ligados à etnia alemã. Estes buscavam, no pós-guerra, uma rearticulação de suas ações a nível local e nacional, a fim de conseguir voltar a cultivar os valores culturais alemães, dos quais o discurso germanista era portador (FERNANDES, 2005, p. 143).

Glen Goodman, por sua vez, escreveu o seguinte a respeito da SEF:

Os organizadores desenvolveram uma multiplicidade de discursos adotando narrativas da esfera pública brasileira – colocando a SEF e seus benfeitores, claramente, dentro da nação [brasileira] –, mas, ao mesmo tempo, advogando uma nova configuração da germanidade. Essa nova germanidade deixava pouco espaço para clivagens confessionais que haviam dividido a comunidade germano-

---

viajante dessa firma, com atuação concentrada em regiões de colonização alemã (como já acontecera com seu pai). Foi casado com Ana Sybilla Junges. Em 1949, fez parte da comissão organizadora dos festejos dos 125 anos de imigração alemã (PETRY, 1950, p. 26). Com isso, de fato, foram eleitos, no mínimo, 17 deputados “alemães”, em 1947, perfazendo mais de 30% do total.

<sup>3</sup> Mais informações sobre a biografia de Metzler cf. em TONINI, 2003.



brasileira antes do Estado Novo.<sup>4</sup> Eles tomaram de empréstimo e ressignificaram o “alemão” homogeneizado e imaginado que a campanha de nacionalização havia estabelecido como seu alvo. Nesse sentido, a SEF ajudou a reconfigurar ideias tanto de uma cidadania brasileira quanto de uma identidade alemã em meio ao processo de redemocratização do Brasil (GODMAN, 2015, p. 142).

Não se trata, aqui, de analisar a validade ou a correção das interpretações e conclusões desses dois autores, mas apenas de registrar um episódio que, sem dúvida, mobilizou parcelas da população de origem alemã, com efeitos sobre sua autopercepção. Mas, além desses fatores subjetivos, a virada da década de 1940 para de 1950 registrou alguns elementos objetivos que não podem ser esquecidos, neste contexto. Em maio de 1949, foi constituída a República Federal Alemã, isto é, foi criado um novo Estado alemão nos territórios ocupados pelos aliados ocidentais. Isso significava não só o reaparecimento de uma “pátria-mãe”, mas também uma provável retomada de relações diplomáticas normais com o Brasil, trazendo de volta funcionários alemães, que muitas vezes tinham tido alguma influência, direta ou indireta, na vida de alemães e descendentes (as relações diplomáticas foram, formalmente, restabelecidas em 1950, a nova embaixada alemã foi aberta em 1951, e o primeiro consulado pós-guerra em Porto Alegre foi instalado em 1º de setembro de 1952) (BANDEIRA, 1994, p. 53-65; OLIVEIRA, 2005).

No ano de 1950, também se registraram as primeiras vitórias judiciais de empresas e cidadãos que tiveram seus bens depredados em agosto de 1942. Após pendenga judicial na qual o governo do Rio Grande do Sul argumentara que a União era responsável pelos estragos, já que, na época, o estado-membro da federação estava sob intervenção federal, o Supremo Tribunal Federal decidiu que caberia ao governo do estado arcar com eventuais indenizações. E a partir deste momento, tribunais gaúchos começaram a tomar decisões favoráveis aos demandantes. No mesmo ano de 1950, o Congresso Nacional decidiu liberar os bens dos “súditos do Eixo”, confiscados por legislação do Estado Novo, em 1942. Ainda que essa devolução não fosse geral e irrestrita, significou um avanço.

Tudo isso levou a pequenas modificações no clima de inserção das populações de origem alemã na esfera política. Se nas eleições estaduais de 1947, no Rio Grande do Sul, haviam sido eleitos 16 – na verdade, 17 – deputados de sobrenome alemão, entre um total de 55, esse número recuou nas eleições para o parlamento gaúcho de 1951. Mesmo assim – enfatizando que nomes não são um indicador inequívoco para medir “representação”, ainda que não possam ser desprezados como um elemento que, no mínimo, denota tendências –, os dados não sugerem um enfraquecimento ou uma neutralização da presença das regiões de colonização alemã na arena política. Nas eleições de 1950 para governador do estado, pela primeira vez, desde 1824, um cidadão de sobrenome alemão concorreu ao cargo – Edgar Luiz Schneider, pelo Partido Libertador. E entre os deputados federais gaúchos, a “bancada teuta” passou de dois, em 1945, para quatro, agora, cabendo destacar que os quatro podiam ser considerados representantes efetivos da “colônia alemã”, pois todos eles, com certeza, falavam alemão, e não haviam se comportado como “renegados étnicos”<sup>5</sup>, durante a guerra. Também não eram representativos de uma elite socioeconômica ou intelectual encastelada em Porto Alegre, mas, sim, do povo do interior do estado: Wolfram Metzler, havia nascido em Porto Alegre, como médico, porém, clinicara pelo interior; Nestor Jost era de Candelária, e havia atuado também em São Lourenço do Sul; Willy Carlos Fröhlich era de Santa Cruz do Sul; e Germano Dockhorn vinha de Três de Maio, então ainda distrito de Santa Rosa. Sob o ponto de vista da procedência partidária, o primeiro foi eleito pelo PRP, o último pelo PTB, e os dois outros pelo PSD, indicando para um relativo pluralismo político-ideológico.

As eleições para a segunda legislatura estadual do pós-guerra realizaram-se em 1951. Ao constatar um recuo de 16 [17] deputados com sobrenome alemão, em 1947, para 10, deve-se ressaltar que dois nomes não foram computados nesta contagem. Um é o de Teobaldo Neumann (PTB), pois ele deve ser classificado, de forma inequívoca, como “renegado étnico”, já que, na qualidade de policial durante o Estado Novo, era referido como uma das pessoas com quem os descendentes de alemães menos simpatizavam. Entre os 52 policiais

<sup>4</sup> Lembre-se o caráter expressamente interconfessional do empreendimento.

<sup>5</sup> Essa é uma expressão que os “germanistas” costumavam aplicar àqueles que, apesar de cidadãos de origem alemã, faziam questão de ignorar – ou até menosprezar ou amaldiçoar – suas origens.

denunciados pelo procurador do estado João Bonumá, em 1947, por arbitrariedades cometidas contra “súditos do Eixo”, durante a guerra, encontram-se 14 sobrenomes inequivocamente alemães, com destaque especial para Neumann e Ernani Baumann (GERTZ, 2018a, p. 208-214). O outro nome de deputado omitido na contagem é o de Pio Müller da Fontoura – neste caso, por causa da “hibridez” do sobrenome, e não por referências desabonadoras entre descendentes de alemães. Infelizmente, não foi possível localizar informações a respeito de sua biografia; na verdade, ele até pode ter exercido alguma “representatividade” da população de origem alemã, pois fora prefeito de Santo Ângelo, antes de ser eleito deputado.

Assim como os quatro deputados federais de sobrenome alemão eleitos no ano anterior, os 10 estaduais de 1951 podem ser considerados autênticos representantes da “colônia alemã” – com certeza, nenhum deles era “renegado étnico”. Alberto Hoffmann (PRP) era filho de fruticultores de Ijuí; Alfredo Leandro Carlson (PTB) de Santa Rosa; Ariosto Jaeger (PSD) de Santa Rosa; João Lino Braun (PTB), filho de colonos de Estrela; Helmuth Closs (PRP) de Lajeado; Mário Lampert (PSD) de Lajeado; Norberto Harald Schmidt (PL) de Santa Cruz do Sul; Romeu Roesse Scheibe (PSD) de Lajeado/Arroio do Meio; Siegfried Emanuel Heuser (PTB) de Santa Cruz do Sul; Victor Oscar Graeff (UDN) de Passo Fundo/Carazinho.<sup>6</sup> Mais uma vez, temos uma procedência maciça (de fato, exclusiva) do interior do estado, fato que, em tese, reforça a representatividade das regiões “coloniais”. Deve-se destacar também que havia uma distribuição relativamente ecumênica naquilo que diz respeito à filiação partidária desses representantes da população de origem alemã: três deputados de cada um dos dois grandes partidos (PSD e PTB), perfazendo, juntos, 60%, um do PL e também um da UDN; quanto aos dois deputados filiados ao PRP, evidenciavam uma pequena super-representação deste partido quando se verifica sua densidade eleitoral no conjunto do estado.

Ainda que Roswithia Weber (2004, p. 133-145) tenha mostrado que as referências ao 25 de julho, em São Leopoldo, tenham sido relativamente tímidas em 1947 e 1948, no ano seguinte “os sinos voltam a repicar” – sem, contudo, terem sido erradicadas todas as aristas. De qualquer forma, aqueles que estavam mais interessados numa normalização da situação consideraram os resultados, no mínimo, satisfatórios, pois a editora da família Rotermund – envolvida havia década na produção de material impresso para a “colônia alemã” (DREHER, 2014, p. 82-95) – editou uma brochura de 75 páginas, organizada por Leopoldo Petry (1950), fornecendo um quadro dos festejos e dando uma impressão do espírito que os norteou. A publicação inicia com uma fotografia que destaca a presença do governador Walter Jobim junto o monumento ainda não recuperado da depredação sofrida em 1942. Na longa apresentação (p. 1-23, além do “prólogo”, p. III-IV), Leopoldo Petry não só destacou as contribuições de imigrantes alemães e colonizadores descendentes, em diversas áreas da vida humana, mas denunciou, de forma expressa, os erros cometidos durante a guerra contra essa parcela da população gaúcha: “Durante a última guerra mundial, muito teve de sofrer o elemento germânico no sul do Brasil, devido à sua ascendência. As perseguições, as mais injustas, foram movidas não somente a súditos alemães, mas também a brasileiros de origem teuta” (PETRY, 1950, p. 21).

Uma comissão organizadora de “nosso dia” publicou longa “proclamação” no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, no dia 24 de julho. Por iniciativa do deputado federal Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, os Correios e Telégrafos emitiram três carimbos para homenagear a imigração e colonização alemã – com o monumento ao imigrante em São Leopoldo; o monumento da colonização em Novo Hamburgo; e a casa da Feitoria Velha. O *Correio do Povo* de Porto Alegre publicou, no dia 26 de julho, longa reportagem com relato do transcurso das comemorações em São Leopoldo. Figuras de destaque do cenário político estiveram presentes e discursaram: o governador Walter Jobim; Edgar Luiz Schneider, deputado estadual, ex-reitor da então Universidade de Porto Alegre; Frederico Guilherme Schmidt, deputado estadual. Na Câmara Federal, o deputado gaúcho Osório Tuyuty de Oliveira Freitas pronunciou longo e detalhado discurso. O poeta Mansueto Bernandi, que havia exercido o cargo de prefeito de São Leopoldo de 1919 a 1923, cometeu uma poesia que começava com a seguinte estrofe: “Rebentos de lusitanos, de alemães e de italianos e de outros grupos arianos disseminados aos mil do norte ao sul do Brasil” (PETRY, 1950, p. 24-43).

<sup>6</sup> Obviamente, neste momento, vale a observação já feita em relação à legislatura de 1947 de que a “representação” da “colônia alemã” não se dá, necessariamente, só através de deputados de sobrenome alemão. Nesta eleição de 1951, cabe citar, no mínimo, Nestor Pereira, originário de Taquara, cuja atuação caberia averiguar sob este ângulo.



As últimas 23 páginas da brochura (PETRY, 1950, p. 50-63) foram dedicadas ao monumento ao imigrante em São Leopoldo, que continuava na mesma situação em que o haviam deixado os depredadores de 1942. Através da apresentação da história do próprio monumento, mas, sobretudo, da história dos esforços que vinham sendo desenvolvidos para sua restauração, desde 1946, sem êxito, certamente se pretendeu colocar em evidência as tarefas que estavam colocadas para uma futura mobilização pela causa mais geral da população de origem alemã do estado. As dimensões e o êxito dos festejos forneciam motivo para otimismo.

É sob este pano de fundo que deve ser vista a criação de duas instâncias que se mostrariam longevas: o jornal *Brasil-Post*<sup>7</sup>, com sede em São Paulo, em 1950, e a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, em 1951, com sede no Rio Grande do Sul (GERTZ, 2018b). Na verdade, trata-se de duas faces da mesma moeda, pois parte muito significativa das pessoas envolvidas nesses dois empreendimentos foram as mesmas, e os organizadores da segunda imaginaram que o jornal seria um importante fator de divulgação da mesma. No decorrer do tempo, fizeram-se sentir, porém, algumas divergências, e até atritos, ainda que não se tivesse chegado a uma ruptura. Naquilo que segue, a atenção se concentrará, exclusivamente, na Federação.

Como ela teve vida longa, sobrevivendo até hoje, como FECAB (Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil); teve uma antecessora de nome muito semelhante, nos anos 1930 (Federação 25 de Julho), e como partes constitutivas, como componentes (já que se apresentava como “federação”) “centros culturais 25 de julho”; e, ainda, pelo fato de que toda essa mobilização (incluindo a fundação do jornal) tivesse girado em torno da “ideia do 25 de julho”, do “*25. Juli-Gedanke*”, tudo isso tem levado a certa falta de precisão por parte de alguns historiadores.<sup>8</sup> Desde meus primeiros escritos sobre o “germanismo” (conceito que tem tudo a ver com a Federação e seus ideólogos e militantes), venho criticando o enfoque historiográfico que costuma supervalorizar essa ideologia, esse movimento. Sua existência e alguma eficácia não podem, evidentemente, ser negadas, de forma alguma, no entanto, não se pode partir do pressuposto de que se algum pastor, padre, jornalista, professor insistisse no tema essa era, *ipso facto*, a forma de pensar e de agir do conjunto da população de origem alemã. E isso fica, mais uma vez, muito claro na história da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, fundada em 1952 (GERTZ, 2018b). Faço essa afirmação com base na análise de extensa documentação de Fritz Rotermund, o “pai do 25 de julho”, em especial de sua correspondência do ano de 1956.

A Federação dos Centros Culturais 25 de Julho significou a rearticulação do movimento “germanista” (em grande parte, as pessoas eram as mesmas da década de 1930). Claro, no pós-guerra, não se encontram mais insistências expressas sobre a preservação genética da pureza étnica, por exemplo. A insistência em definir a principal organização eclesiástica luterana, o Sínodo Riograndense, como “igreja étnica”, “*Volkskirche*”, foi substituída, ao menos por uma parcela do clero, por uma autocrítica e uma tentativa de “abrasileiramento”.

Sem entrar em detalhes, pode-se dizer que os objetivos concretos da Federação eram três: a) manutenção da cultura alemã, com incentivo à literatura, ao canto, ao teatro, ao lazer; b) decretação do 25 de julho como feriado, de preferência do nível municipal até o federal; c) legislação para que as autoridades educacionais permitissem o ensino da língua alemã nas escolas, ao menos naqueles estados com índice significativo de população de origem.

A Federação enfrentou três problemas básicos, desde sua fundação: a) a desconfiança de instâncias diplomáticas alemãs no Brasil; b) a falta de uma base de sustentação material; c) a ausência de “centros culturais” a congregar.

Se é verdade que o primeiro cônsul alemão em Porto Alegre, Rudolf Pamperrin, mostrasse certa abertura para uma aproximação e um fomento da cultura e da identidade de alemães e descendentes no Brasil, o consulado de São Paulo e a própria embaixada no Rio de Janeiro ficaram alarmados com acontecimentos envolvendo cultivadores do “movimento 25 de julho”, naquele estado e em Curitiba, de onde, inclusive, foi noticiada a visita de representantes da “colônia alemã” do Chile durante a qual teriam sido registradas manifestações nazistas. Mesmo que, no decorrer dos anos, a representação diplomática tivesse acabado de assumir uma posição menos crítica, a ênfase continuou sendo a de fomentar e difundir uma cultura alemã de

<sup>7</sup> A respeito do jornal, cf. WOLFF, 2010.

<sup>8</sup> Um exemplo dessa falta de precisão, na minha opinião, ocorre na tese de Glen Goodman (2015, p. 155-185).

alto nível, nos campos cultural e científico, para toda a população brasileira – e não uma cultura alemã “popular” ou folclórica, que devesse atingir, sobretudo, os “alemães” (BARBIAN, 2014, p. 272-277; GOODMAN, 2015, p. 176-183). Em todo caso, não há registros de que – ao menos na década de 1950 – a Alemanha tenha dado apoio material para o cultivo do “25 de julho”.

Os outros dois problemas enfrentados pela Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, a rigor, estão intimamente ligados entre si, pois a falta de uma base de sustentação material derivava justamente da ausência de centros que, com seus filiados, aportassem dinheiro para suas atividades. Historiadores foram induzidos a erro de análise pelo fato de que o Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre efetivamente deu origem à Federação. A existência deste centro já foi referida em 1949, mas ele viria a ser formalizado em 1951. E foi a partir desse impulso inicial que derivou a ideia e a concretização da Federação, inclusive figuras de destaque nesta última estiveram presentes na fundação daquele, como Fritz Rotermund e Bruno Born. Os analistas, porém, não se deram conta de que a “colônia alemã” de Porto Alegre é uma coisa, e a “colônia alemã” do interior do estado é algo totalmente diferente. Sim, há uma mística de que ambas se compõem de “alemães”, mas – abstraindo de uma pequena elite socioeconômica e intelectual do interior – esta última é composta por “alemães” totalmente diferentes, com interesses econômicos, sociais, políticos, educacionais, culturais, educacionais, com uma “mentalidade” que tem pouco a ver com a população de origem alemã da Capital.

Ainda que o Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre se declarasse defensor dos mesmos princípios que a Federação, não há qualquer dúvida de que ele, muito logo, evoluiu para uma associação cultural-recreativa de massa, interessada em fornecer a seus associados as tradicionais *Geselligkeit* e *Gemühtlichkeit*, sociabilidade e “aconchego” alemães, característica que preserva até hoje. Ainda que seus associados pudessem confessar-se, verbalmente, à “germanidade”, dificilmente se preocupariam em ofertar somas consideráveis de dinheiro para a promoção da mesma.

Essa indisponibilidade dos porto-alegrenses para financiar um movimento cuja sede se localizaria em São Leopoldo, e cuja utilidade, aparentemente, só uma parte reconhecia, está documentada na correspondência de Fritz Rotermund, o primeiro secretário-geral da Federação, mesmo antes da formalização da mesma (relembrando que se trata do “pai do 25 de julho” e de uma figura central na Federação, não só pelo cargo formalmente exercido). Uma série de cinco cartas trocadas entre Rotermund e Benno Mentz, importante empresário de Porto Alegre, e figura de destaque naquilo que tange à mobilização político-cultural na Capital e nas regiões de colonização alemã do vale do rio dos Sinos, no mínimo desde os festejos do centenário da imigração alemã, em 1924, além de proprietário e mantenedor da Fundação Frederico Mentz (seu pai), constituída de uma enorme quantidade de fontes sobre imigração e colonização alemã no estado, dá uma ideia daquilo que ocorria (RAMOS, 2015).

Em carta de 10 de junho de 1951, Rotermund escreveu a Mentz:

mais uma vez está se aproximando o 25 de julho, e mais uma vez constato que dependo exclusivamente das minhas limitadas possibilidades para os preparativos e a divulgação. Estou a ponto de afirmar que [agora] dependo *mais* que nos últimos anos. Lamento esse fato tanto mais por ter vivido na esperança de que em função das atribuições que o Sr. me delegou, me garantiria toda a ajuda e todo o apoio necessário.

Numa carta-resposta, com data do dia seguinte, Mentz fez uma série de comentários, lamentando que Rotermund estivesse sozinho, mas não lhe dando uma resposta inequívoca, apenas lembrando tê-lo alertado de que “o trabalho sempre recai sobre alguns poucos que precisam sacrificar-se pela coletividade”.

Aparentemente decepcionado com essa resposta, Rotermund voltou à carga, em carta de 13 de junho, reconhecendo que Mentz mantinha a importante instituição que guarda a história de alemães e descendentes no Rio Grande do Sul, mas ponderou que aquilo que “é o mais importante e o mais necessário é a *preservação e o estímulo à nossa germanidade*<sup>9</sup>, a qual se fundamenta na *tradição e na língua*”, esta seria a divisa do “25 de julho”.

<sup>9</sup> No texto alemão está a palavra “*Deutschtum*”.



Em 21 de março do ano passado [1950], o Sr. se comprometeu, frente a um grupo que estava comigo, a liderar essa tarefa, prometendo disponibilizar um capital de mais de 1.000 contos, a fim de financiar o “movimento 25 de julho”, além de apoiá-lo moralmente. O Sr. me designou não só a presidir esse “movimento”, mas expandi-lo de forma eficiente e sólida. Mas relativo ao apoio financeiro nunca tive uma resposta de sua parte.

Numa carta-tréplica de 15 de junho, Mentz tentou justificar-se em relação à ausência de ajuda financeira de sua parte: “Depois do encontro de 21 de março de 1950, só muita pouca gente se mostrou interessada na causa, motivo pelo qual toda a coisa precisou ser repensada em dimensões muito menores”, dando a entender que aquilo que seria possível fazer, nessas condições, caberia à sua própria fundação. Apesar de que essa troca de cartas não tenha levado a um rompimento das relações, Mentz escreveu mais uma, com data de 16 de junho, informando que soube que Rotermund esteve em Porto Alegre, mas não lhe telefonou, “motivo pelo qual é difícil estabelecer uma colaboração”.<sup>10</sup>

Os centros culturais filiados pelo Brasil a fora poderiam ter sido outra fonte de financiamento. Infelizmente, não foi possível ter acesso à documentação anterior a 1956, mas na deste ano há referências muito esparsas ao citado centro de Porto Alegre, sem qualquer destaque ou entusiasmo – e só. Em outras fontes há referências a centros em Panambi, no Rio Grande do Sul, e em Blumenau, Santa Catarina, no entanto, na relativamente rica correspondência de Rotermund do citado ano não há nenhuma referência a eles, havendo algumas referências a conflitos dentro de grupos supostamente simpáticos ao “25 de julho” em outros estados, como Paraná e São Paulo. Por tudo isso, ao contrário de uma eficaz instância de regermanização das populações de origem alemã, a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho não passou de um pequeno grupo de, literalmente, não mais de dez abnegados gaúchos empenhados na causa.<sup>11</sup> Não significa que não tenha havido nenhum vínculo com o conjunto da população de origem alemã ou mesmo só de uma parcela significativa, e que a repercussão de seu trabalho tenha sido totalmente nulo. Um exemplo pode ilustrar uma aceitação relativamente bem-sucedida. Em 1955, foi publicado pela editora Rotermund um cancionário com músicas populares alemãs, elaborado por Theo Kleine, chamado *Frisch gesungen*. Há registros de uma boa vendagem. Neste caso, podemos imaginar que integrantes de corais, pastores e professores tenham adquirido o livro como instrumento útil para seu trabalho cotidiano, para seu lazer, e não por amor à ideologia do “germanismo”.

Infelizmente, o espaço não permite fazer uma análise da correspondência de Rotermund, por isso posso apresentar apenas uma avaliação geral, sem possibilidade de transcrever o conteúdo específico da documentação. Uma primeira constatação derivada do manuseio das cartas é a falta de dinheiro, uma lamúria que atravessa as correspondências dos doze meses do ano (1956). Mas estão também registrados fracassos programáticos. O professor Willy Fuchs, responsável pela política educacional das escolas ligadas ao Sínodo Riograndense, e o padre jesuíta Balduino Rambo tinham afirmado que, em tratativas junto à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, haviam chegado a um acordo – incluindo uma minuta já redigida – para a edição de um ato legislativo que permitiria o ensino de alemão nas escolas gaúchas, uma importante bandeira da Federação. Só que, de repente, apareceu, no *Correio do Povo*, um artigo de uma pessoa, identificada na correspondência como “D’Avila”, que pôs tudo a perder, sem que a Federação se sentisse em condições de reagir com qualquer gesto.<sup>12</sup> Somente perto do final do ano, a editora Rotermund conseguiu colocar no mercado um folheto redigido por Leopoldo Petry (1956) intitulado *Pátria, imigração e cultura* que se posicionou em relação a esse assunto. Em várias cartas, Fritz Rotermund destacou o sacrifício que sua empresa

<sup>10</sup> Devo o acesso a essas cartas a Rosângela Cristina Ribeiro Ramos. Elas se encontram no Acervo Benno Mentz – DELFOS – PUCRS. Os grifos estão no original.

<sup>11</sup> Nominalmente envolvidos aparecem os nomes de Albano Volkmer, Balduino Rambo, Bruno Born, C. O. Kortz, Fritz Rotermund, Leopoldo Petry, Theo Kleine.

<sup>12</sup> Na correspondência, estão indicados os meses de fevereiro ou março como espaço temporal em que esse texto teria sido publicado. Como ainda não foi possível fazer uma pesquisa a respeito, não há como revelar o conteúdo exato nem identificar o nome completo do autor (teria sido Ailton d’Avila Barnasque?).



fizera para publicar esse panfleto, na esperança de que ele seria vendido em massa, pelo interior do estado, a preço muito barato. Seguiu-se uma grande atividade epistolar para pessoas conhecidas de todos os recantos do Rio Grande do Sul e de outros estados, oferecendo o “produto”. Depois de algum tempo, o próprio Rotermond expôs o resultado: houve apenas uma única resposta positiva, de um grupo de pessoas de Rolante, enviando dinheiro e pedindo alguns exemplares. No mais, fracasso total nas vendas.

A maioria das cartas respondendo ao apelo por ajuda à causa do “25 de julho” feito por Rotermond está vazada em termos respeitosos, diplomáticos. Mas várias são claramente críticas, até virulentas. Assim, uma carta do pastor Alfred Simon, de Pelotas, datada de 14 de novembro de 1956, lembra que nos anos 1930 ele editou um jornal que, entre outras coisas, defendia a causa do “25 de julho”, mas quando entrou em rota de colisão com nazistas ninguém veio ajudá-lo; vieram os problemas da guerra, depois da guerra, o prédio da igreja está em estado muito precário, “mas não tomei conhecimento de nenhuma atitude da direção do movimento 25 de julho para ajudar”, motivo pelo qual não só não iria ajudar, mas condenava essa campanha.<sup>13</sup>

Há também uma grande quantidade de cartas aos deputados estaduais e federais da “bancada teuta” – todas redigidas em alemão –, censurando os parlamentares por falta de empenho a favor da declaração do 25 de julho como feriado e da implantação da língua alemã nas escolas. Há, inclusive, referências aos problemas que estava enfrentando aquele que provavelmente era considerado o mais destacado e erudito ideólogo da causa do “25 de julho”, o padre jesuíta Balduino Rambo. É que a arquidiocese de Porto Alegre lhe teria imposto silêncio em relação ao tema “germanidade”.

Em resumo, aquilo que transparece nas cartas do arquivo de Fritz Rotermond é uma situação de evidente desânimo em relação à Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. E essa não é uma impressão apenas daquele que lê essa correspondência agora, cerca de 60 anos depois. Os próprios atores contemporâneos tinham essa sensação. Por isso – para terminar –, apresento alguns pequenos trechos de uma carta que comprova isso. Apesar de Fritz Rotermond ter deixado, formalmente, o cargo de secretário-geral, em 1955, sendo substituído por Theo Kleine<sup>14</sup>, ele continuou sendo a figura central, pois tinha tradição como “pai do movimento 25 de julho”, era empresário do ramo gráfico (que podia patrocinar publicações), mantinha relações com muita gente considerada importante etc. Num primeiro momento, Leopoldo Petry assumira a presidência, mas a passara, muito logo, para Bruno Born, deputado estadual na legislatura iniciada em 1947, fora candidato a deputado federal, em 1951, mas não se elegera, ficando na suplência. Candidatou-se a prefeito de Lajeado, tendo sido eleito. Rotermond e Born eram muito amigos, de forma que a troca de cartas entre eles reflete um clima de muita sinceridade.

Em virtude da absoluta falta de espaço, sou obrigado a restringir-me à transcrição de algumas poucas frases de uma longa carta (três páginas) de Rotermond a Born, de 16 de dezembro de 1956. Como se vê no próprio texto, ela foi antecedida de outras que trataram do mesmo tema – e denota um clima de decepção, da primeira à última linha. “Há pouco eu revisei, como epístola deste domingo, tua confissão (*Beichte*) do dia 8 deste mês. Estou acostumado com esse tipo de notícias dignas do Livro de Jó”. “Se temo uma exposição ao ridículo, isso se deve ao fato de que manifestamos, ou havíamos manifestado, uma intenção frente à opinião pública, mas fracassamos na execução”. “Eu chamo a atenção para o fato de que nós nos chamamos *Federação dos Centros*, e *queríamos* sê-lo, mas não conseguimos sê-lo nem o somos”.<sup>15</sup> “Não há dúvida de que vivemos numa profunda crise econômica, de forma que não deveríamos ficar pechinchando por ajuda financeira. Existe, porém, um mas: percebe-se essa mesma crise quando se trata de gastar em cinema, em apoio a atividades esportivas, em associações recreativas ou em festas?”. Voltou a lamentar o fracasso frente ao caso “D’Ávila”:

<sup>13</sup> Esta carta, como as demais a serem referidas de agora em diante, faz parte do arquivo Rotermond, depositado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>14</sup> Há várias cartas que denotam certa decepção com Kleine, uma delas é explícita: ele simplesmente não teria tempo para dedicar-se à causa, pois era não só professor no Instituto Pré-Teológico, mas também diretor do internato. Além disso, há indícios de que havia algumas diferenças de concepção: Kleine, aparentemente, não se interessava muito pela agitação político-cultural, preferindo produzir materiais para o trabalho prático nas comunidades, como o citado cancionista *Frisch gesungen*. Nas décadas seguintes, Kleine se tornaria o secretário-geral perpétuo (e solitário?) da Federação, destacando-se – além da criação da Casa da Juventude, em Gramado – pela publicação de livros sobre temas ligados à “germanidade”.

<sup>15</sup> Trata-se, aqui, evidentemente, de uma referência ao já citado fato de que, na verdade, a Federação não congregava nem representava qualquer centro cultural de lugar algum.



“O fato de que, naquela oportunidade, a portaria já redigida sobre o ensino da língua não se concretizasse, nos jogou para trás, e nos expôs ao ridículo”. Por tudo isso, “tu mesmo dizes que dificilmente houve um momento tão apropriado quanto o atual para abandonarmos o barco”. “A mim me parece que este é o único caminho que nos resta para sermos justos para com nossa história”.

\*

O leitor atento terá notado que está chegando ao final do texto e não viu nada a respeito dos festejos do “25 de julho” de 1956, anunciados no título. É que, mais uma vez, a evolução da escrita do texto se deu de tal forma que faltou espaço para aquilo que fora anunciado como tema central. Diante do fato de que é necessário encerrar, só resta fazer alguns brevíssimos comentários finais que apontem para a necessidade de retomar o tema, em outra oportunidade. O fato surpreendente desta história é que – mesmo em meio ao clima depressivo na Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, a qual tinha como uma de suas principais metas a luta pela transformação da data em feriado, com a consequente celebração de festas alusivas – ocorreram, neste ano de 1956, os maiores atos comemorativos, desde a Segunda Guerra Mundial. Só para exemplificar, além de desfiles, discursos, com a presença de altas autoridades, o *Diário de Notícias* publicou um encarte de 64 páginas, a *Revista do Globo* dedicou um editorial e uma matéria de seis páginas (ZUKAUSKAS, 1956). O próprio Fritz Rotermund, que havia enfatizado que não participaria desse “circo” (*Rummel*), escreveu, em um documento datado de 28 de julho, provavelmente enviado para a *Brasil-Post* para subsidiar seu noticioso: “De fato, São Leopoldo vivenciou, sobretudo no dia 25 de julho<sup>16</sup>, seu ‘grande dia’, numa dimensão que, provavelmente, não vivenciara nem durante os festejos do centenário (1924). Apesar de muitos milhares de pessoas terem assistido ao desfile, deve-se destacar que não ocorreu nenhum acidente ou incidente”.

Tudo isso aponta, mais uma vez, para o erro evidente cometido por historiadores ao deduzirem uma suposta eficácia absoluta da ideologia “germanista”, atribuindo ao conteúdo das “falas” de militantes da causa a milagrosa capacidade de gerar realidade. Não existe espaço para desenvolver o raciocínio, mas para uma compreensão adequada das dimensões e do sucesso das comemorações do “25 de julho” em 1956 é necessário abandonar o “germanismo” como variável explicativa, e recorrer a uma análise que leve em consideração estruturas políticas, culturais, sociais, econômicas gerais daquele contexto, seja o nacional, o estadual, o municipal. Quem se restringe à análise das divagações dos “germanistas” não chega a lugar algum.

## Referências:

- Anais da Assembleia Constituinte* (vol. XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- ARBEITSGEMEINSCHAFT 25. Juli in Rio Grande do Sul (ed.). *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
- BARBIAN, Nikolaus. *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.
- BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em 25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.
- CENTRO 25 DE JULHO (ed.). *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- DREHER, Martin Norberto. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Guilherme Gaelzer Neto (1874-1959): o Kaiser dos trópicos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

<sup>16</sup> Os festejos haviam se estendido por três dias.



GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial**. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013)*. Passo Fundo: UPF, 2013a.

\_\_\_\_\_. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, vol. V, número especial, 2013b.

\_\_\_\_\_. **O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955)**. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *Festas, comemorações e lembranças na imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2014a, p. 1593-1608.

\_\_\_\_\_. Etnias e nacionalização no sul do Brasil. In: QUADROS, Claudemir de (org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014b, p. 13-41.

\_\_\_\_\_. **Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial**. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015a.

\_\_\_\_\_. **O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945**. In: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Política, religião e etnia: vida religiosa nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra**. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (orgs.). *Migrações: religiões e religiosidades*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2016, p. 953-967.

\_\_\_\_\_. **A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul**. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo (orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Saga Editora, 2018a, p. 214-231.

\_\_\_\_\_. Articulações político-culturais na “colônia alemã” do Rio Grande do Sul após 1945: a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. *Seminário Internacional “Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos” e XXIII Simpósio de História da Imigração e Colonização*, São Leopoldo. UNISINOS, 25-28 de setembro de 2018b.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, Estados Unidos, 2015.

KLEINE, Gerhard Rudolf. Associação Cultural Gramado – Casa da Juventude como polo cultural no sul do Brasil e projeto de preservação do patrimônio cultural. In: *VI Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina*. Juiz de Fora, 2008.

MARTINS, Lineu. Novo Hamburgo. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 665, p. 57-60, 2-15/6/1956.

METZLER, Wolfram. *Pulverizando infâmias*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1947.

\_\_\_\_\_. *Retten wir unsere Kolonien – Salvemos nossas colônias*. Porto Alegre: A Nação, 1953.

OLIVEIRA, Ione. *Aussenpolitik und Wirtschaftsinteresse in den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949-1966*. Frankfurt/M: Peter Lang, 2005.

PETRY, Leopoldo. *Carvalhos e palmeiras*. Porto Alegre: A Nação, s. d.

\_\_\_\_\_. *O 25 de julho (Dia do Colono) em 1946 e 1947*. São Leopoldo: Oficina Gráfica Rotermund, 1948.

\_\_\_\_\_. *Der 25. Juli (Dia do Colono)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1949.

\_\_\_\_\_. *O 125º aniversário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 25 de julho de 1949 (dia do colono): coletânea de discursos e comentários sobre a colonização no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1950.

\_\_\_\_\_. *Pátria, imigração e cultura*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1956.

\_\_\_\_\_. *O episódio do Ferrabrás (os mucker)*. São Leopoldo: Rotermund, 1957.



PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Sta. Terezinha, 1934.

RAMOS, Rosângela Cristina Ribeiro. *Benno Mentz: um acervo, uma trajetória, múltiplas fontes e suas possibilidades*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ROTERMUND, Fritz. *25 de julho de 1824: seu sentido nacional e reflexo sobre a vida política, social, cultural do país*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1964.

SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. *História: questões e debates*, Curitiba: APA, ano 10, n. 18/19, p. 113-155, 1989.

SOARES Jr., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

SOVERAL, Antônio Borges. *O patriótico governo do Gen. José Antônio Flores da Cunha: o trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s. e., 1935.

TAVARES, A. de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1947)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

WOLFF, Martin. *Die Stellung der ethnischen Presse im Prozess der Identitätskonstruktion ihrer Leser: eine inhaltsanalytische Untersuchung am Beispiel der Brasil-Post*. Hamburgo/Alemanha: Verlag Dr. Kovač, 2010.

ZUKAUSKAS, Joseph. Colono – este herói sem nome. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 670, p. 5-11, 11-24/8/1956.